

O REIZINHO MANDÃO, SEU RETORNO E A DITADURA MILITAR BRASILEIRA

Mariane Sousa Pinto¹

Resumo: A literatura infantil produzida na ditadura militar brasileira é uma fonte histórica, que permite entender diferentes discursos que circulavam sobre o regime; ela também constitui a memória coletiva sobre a ditadura. Neste estudo, indicar-se-á como os livros *O Reizinho Mandão* (1978) e *Sapo vira Rei Vira Sapo* (1982), de Ruth Rocha, possibilitam uma discussão aprofundada sobre o período assinalado.

A literatura infantil brasileira e os (des)caminhos entre a pedagogia e a arte: breve contextualização

Historicamente, a literatura infantil tem cumprido um marcante papel pedagógico. No Brasil e no mundo, o livro para crianças afirmou-se, inicialmente, “por veicular conteúdos pedagógicos e por atender aos objetivos disciplinadores das instituições e dos sujeitos que passam a governar a sociedade” (SILVA, 2010, p. 49-50).

Compreende-se, no entanto, que a literatura infantil também pode possuir o estatuto de arte literária; ou seja, pode ser construída pelas “coordenadas estéticas e não instrutivas” (SILVA, 2010, p. 55). O teor instrutivo constrói-se ao revês da obra literária, pois se afasta dos conflitos. A literatura instrumentalizada pela proposta educacional torna a obra um produto fixo, determinado e com objetivos uniformes, os quais pressupõem um receptor passivo. A arte literária considera as crianças como produtoras de cultura, capazes criar novos sentidos.

No Brasil, estas coordenadas estéticas ganharam relevo, principalmente, nos anos 1930, com a contribuição de Monteiro Lobato. Entretanto, no final dos anos 1950 e início dos anos 1960, houve uma estagnação da produção nacional para crianças, do ponto de vista da qualidade literária. A literatura infantil, porém, foi *sacudida* pelo golpe de 1964, avolumando-se e fortalecendo-se juntamente a uma produção artística que contestava o regime.

Nesse período, a literatura infantil cresceu qualitativamente, negando os “mecanismos simplórios de inserção e aceitação social”; ganhando espaço na escola, mas também junto ao público em geral (ZILBERMAM, 2005, p. 52). Nesta direção, buscar-se-á indicar como os livros *O reizinho Mandão* (1978) e *Sapo vira rei vira sapo* (1982), escritos por Ruth Rocha², possibilitam a discussão sobre o período da ditadura militar brasileira, bem como sobre temas atuais, como ética, justiça, autoritarismo e, principalmente, sobre a construção de um regime democrático, baseado na efetivação dos direitos humanos.

¹ Graduanda em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e bolsista de Iniciação Científica junto ao Grupo de Pesquisa Infância, Juventude, Leitura, Escrita e Educação, coordenado pela Prof.^a Dr.^a Márcia Cabral da Silva (UERJ). E-mail: maris.sousa95@gmail.com.

² Escritora paulista, Ruth Rocha é formada em Ciências Políticas e Sociais pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Nos anos setenta, trabalhou como editora e coordenadora do departamento de publicações infanto-juvenis da editora Abril. Também escreveu e dirigiu a Revista Recreio. Ruth Rocha conta com uma extensa lista de publicações para crianças, o livro *Marcelo, Marmelo, Martelo*, por exemplo, já ultrapassa a marca de setenta edições. *O reizinho mandão* — um dos livros analisados neste trabalho — foi incluído na “Lista de Honra” do prêmio internacional Hans Christian Anderson (RUTH ROCHA, s/d, s/p). Ruth Rocha é uma das importantes representantes da literatura infantil publicada nos anos setenta, ao lado de nomes como Ana Maria Machado, Lygia Bojunga Nunes, Fernanda Lopes de Almeida, Eliardo França e outros.

O Reizinho-Sapo e a ditadura militar brasileira: a analogia do tirano em duas obras de Ruth Rocha

O reizinho mandão era filho de um rei bondoso. No entanto, quando assumiu o trono, todos perceberam que espécie de rei seria: “mandão, teimoso, implicante, xereta”! (ROCHA, 2013, p. 10). Sua diversão era fazer leis tolas, que não beneficiavam a ninguém. “Cala boca!” era o seu lema e do seu papagaio. Diante do seu autoritarismo, o seu reino ficou silencioso. O medo roubou as vozes. Assim, “(...) de tanto ficarem caladas, as pessoas foram esquecendo como é que se falava” (ROCHA, 2013, p. 14).

Ao rei já não agradava tamanho silêncio. Por isso, foi buscar a solução para o seu problema em outro lugar. A solução, todavia, estava bem perto. Havia uma menina que ainda sabia falar: “Cala boca já morreu! Quem manda na minha boca sou eu!”, foram estas as frases que acabaram com maldição (idem, p. 34). A cantoria e o falatório logo começaram; o “barulhão foi deixando o reizinho apavorado, até que ele não aguentou mais e saiu correndo pela estrada” (ROCHA, 2013, p. 37).

O destino do reizinho, no entanto, ninguém sabia precisar: ele desistiu de ser rei? Deixou o irmão em seu lugar? Dizia a lenda que o rei havia virado sapo e estava a espera de uma princesa que o beijasse. Cuidado! Era o aviso às princesas, o reizinho poderia aparecer em qualquer lugar.

O reizinho mandão foi apresentado às crianças em 1978; passaram-se quatro anos até o seu retorno, em 1982. Afinal, ele havia, de fato, virado sapo, até que encontrou uma princesa que, desejando um favor, resolveu beijá-lo. Após voltar a forma humana, o reizinho se casou com a princesa e logo se tornou rei novamente: o mesmo mandão, que criava leis absurdas e não aceitava críticas.

Diante das denúncias, o reizinho tentou prender as verdades do povo; mas elas eram tantas que a missão se tornou impossível. As verdades eram muitas e incontroláveis. Embora o esforço do rei fosse grande, elas escapuliam, fugindo por janelas e fechaduras. Diante do fracasso, ele resolveu prender todos os seus oponentes no sótão imperial.

No entanto,

Para consolar a tristeza
Que tinham no coração,
Começaram a cantar
Uma bonita canção.
Que não temiam mais nada,
Pois já estavam na prisão... (ROCHA, 2012, p. 33).

A arte, em forma de música, fez o chão desabar. O povo, agitado, chorando, gritando, fez o mundo mais lindo, em grande explosão. Todavia, o narrador não termina a história em tom de alegria:

Mas não se iludam vocês
Com a alegria do cortejo,
Pois a história se repete.
Como se fosse um gracejo;

Lá vai um sapo na estrada,
Procurando seu desejo:
Encontrar uma menina
Que queira lhe dar um beijo... (ROCHA, 2012, p. 37).

A partir da alegoria do tirano, Ruth Rocha mobiliza diferentes valores. Utilizando-se de uma linguagem poética e rimada, os textos apresentados tratam sobre o autoritarismo, a censura e a circularidade histórica; além de indicar as brechas que os governos autoritários não são capazes de preencher. Nesse sentido, a arte e a própria infância ganham importantes contornos nas obras.

O autoritarismo, nos dois livros, é encarnado na figura do reizinho mandão e das leis controversas que não atendiam às necessidades da população, mas ao seu desejo pelo domínio e poder. Se, por um lado, o rei aprisionava tudo aquilo que o seu autoritarismo demandava; por outro, não conseguia cercear integralmente a liberdade. Havia brechas, como a infância que não se deixa silenciar ou a arte que fortalece o povo.

Escritos entre 1978 e 1982, respectivamente, o contexto político brasileiro compõe as contradições internas de *O reizinho mandão* e *Sapo vira rei vira sapo*. Entende-se que as discussões apresentadas nos textos estão potencializadas pelo contexto político e social do Brasil à época. Considera-se o lugar do qual os sujeitos produzem seus enunciados, compreendendo a palavra como um signo ideológico (BAKHTIN, 2014). Ou seja, não há neutralidade na enunciação. Logo, não há neutralidade nas histórias escritas por Ruth Rocha, sendo impossível destacá-las do cenário social em que foram escritas e publicadas, mesmo que as obras não estejam circunscrita a este aspecto.

À época em que o *O reizinho mandão* foi publicado (1978), o Estado já havia instrumentalizado os seus órgãos repressivos (LEMOS, 2011) e as denúncias de violações dos direitos humanos se multiplicavam. Diante deste panorama, não parece coincidência que Ruth Rocha eleja como personagem um rei que, crendo-se detentor de um poder irrestrito, buscava aprisionar as verdades do povo, utilizando-se da força de seu exército. Mais interessante é a metáfora de um rei que, sendo capaz de censurar e prender pessoas, encontrou a impossibilidade de aprisionar a essência de seus prisioneiros – ou suas ideias.

Ainda cabe destacar a circularidade histórica indicada pela autora. Em ambos os livros, ela trabalha com a possibilidade do retorno do reizinho e a necessidade de se prestar atenção aos “sapos” que se exibem pelo caminho. Em o *Sapo vira rei vira sapo* (1982), o povo havia acabado de vencer o tirano. No entanto, o livro termina com o alerta: a história se repete.

Nesta direção, pode-se destacar a maneira como a transição democrática foi posta em curso. Embora tenha ocorrido mobilizações de diferentes setores da sociedade civil, levantando-se a bandeira de uma *anistia ampla, geral e irrestrita*, a transição ocorreu, tendo como importante marco a Lei de Anistia (1979), de forma *lenta, gradual e segura*, no governo de João Baptista Figueiredo (RODEGHERO, 2012).

A anistia e a transição democrática, nessa perspectiva, resultaram em

(...) uma grande transação entre setores moderados do regime militar e da oposição, por iniciativa e sob o controle dos primeiros. (...) Tratava-se de preparar a transição do regime, não necessariamente para outro qualitativamente diferente, mas para outra forma, que incorporasse novas forças políticas, sem descartar a tutela militar. (LEMOS, 2002, p. 293)

Assim, o livro recorda: o povo, nas histórias, parecia estar finalmente livre do tirano. Todavia, era preciso estar atento ao seu retorno. Na literatura e na vida real, a democracia parecia um regime em constante ameaça.

O livro infantil e a construção da memória coletiva sobre a ditadura militar brasileira

Distantes de uma literatura panfletária, os livros analisados revelam importantes aspectos sobre a ditadura militar brasileira. A efervescência cultural, a imposição do silêncio, o controle

das ideias, a concentração do poder e o enfrentamento das políticas arbitrárias compõem os textos através da alegoria.

É a partir desta constituição interna das narrativas apresentadas que se pode construir o conceito de uma memória coletiva através da literatura. A existência dessa memória é possível, pois existem lógicas de compreensão dos processos históricos que se formam socialmente e não de maneira individual (JOUTARD, 2007). Portanto, a literatura, como arte literária, é uma ferramenta nesse sentido.

Cerca de três décadas após o fim da ditadura, a construção da memória coletiva continua em disputa. Nesse sentido,

A noção de conciliação tem sido usada para interpretar a política brasileira como um contínuo arranjo entre as elites, as quais aprenderam, em situações de risco, ser esta a melhor estratégia para a manutenção do poder e para afastar as pretensões de participação popular e as demandas do “povo” (RODEGHERO, 2012, p. 123).

Logo, além de controlar a transição política do regime, garantindo a sua continuidade por outras vias, o processo conciliatório favoreceu a construção de uma determinada memória coletiva sobre a ditadura militar. Ao passo que, sem a apuração dos crimes cometidos pelo Estado, corroborou-se a ideia de que as pessoas ligadas ao regime estavam *apenas* executando suas funções em nome de um bem comum.

Diferente da conciliação, que constrói um projeto apaziguador, através do esquecimento, a reconciliação é

(...) um longo processo, no seio do qual são necessários passos como: o reconhecimento da existência de vítimas e algozes; a elaboração e divulgação de um “catálogo dos horrores e dos erros”, ou seja, a busca pela verdade para que a violência cometida no passado seja tornada pública; (...) a definição de agendas de reintegração; a elaboração de planos de reconstrução (econômica, social e psicológica) e, finalmente, a refundação de um Estado de direito (RODEGHERO, 2012, p. 127)

É neste ponto que as memórias e a história se conjugam. As memórias individuais são capazes de expressar aquilo que a história, sozinha, não alcança: o sentimento, a dor, o arrepio, as sensações diante do horror. A investigação histórica, por outro lado, possibilita o ingresso das memórias individuais no rol das memórias coletivas, uma vez que o afastamento da pesquisa histórica permite a análise das memórias, não no sentido de conferir a elas um laudo de verdade, mas de, percebendo relações, mapeando novos dados e construindo novos pontos de vistas sobre os processos passados, poder concebê-las no âmbito macro da sociedade.

Considerações finais

As obras analisadas, *O reizinho mandão e Sapo vira rei vira sapo*, de Ruth Rocha, foram produzidas em um contexto histórico de acentuadas disputas sociais e políticas. Embora os livros não possam ser circunscritos ao seu contexto de produção, partem das inquietações do período em que vigorava a ditadura militar no Brasil. Portanto, se estabelecem como parte da memória sobre o regime; por um lado, porque debatem os conflitos que estavam postos na sociedade; por outro, porque fazem uso da alegoria, objetivando dialogar com as crianças, ao mesmo tempo em que burlavam a censura.

Entende-se, tendo em vista as questões apresentadas, que o trabalho histórico, a partir das memórias individuais, estabelece a possibilidade de construir uma memória coletiva sobre a ditadura, no sentido da reconciliação. É diante deste aspecto que se realça a importância da circulação dos livros infantis apresentados. Eles apontam para as diferentes formas pelas quais se organizou a resistência ao regime autoritário e violento instituído com o golpe de 1964; além de fomentar o debate sobre autoritarismo, violência, justiça e liberdade, a partir do próprio lugar e vivência das crianças. Ao valorizar tais temáticas, estes livros transcendem décadas, tornando-se clássicos da literatura infantil.

Referências

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. 16. ed. São Paulo: Hucitec Editora, 2014.

CARTOGRAFIAS DA DITADURA. *Departamento de Ordem Política e Social do Rio de Janeiro (DOPS/RJ)*. Disponível em: <<https://goo.gl/69wEgk>>. Acesso em: 16 jul. 2018.

JOUTARD, Philippe. Reconciliar História e Memória. *Escritos*: revista da Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, Edições Casa de Rui Barbosa, a. 1, 2007. p. 223-235.

LE MOS, Renato Luís do Couto Neto. Regime Político Pós-64 no Brasil: uma proposta de periodização. In: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2011, São Paulo, USP, ANPUH. *Anais...* São Paulo, SP, jul. 2011.

ROCHA, Ruth. *O reizinho mandão*. 27. ed. São Paulo: Salamandra, 2013.

_____. *Sapo vira rei vira sapo ou “A volta do reizinho mandão”*. São Paulo: Moderna, 2012.

ROCHA, Ruth. *Biografia*. Disponível em: <<http://www.ruthrocha.com.br/biografia>>. Acesso em: 24 ago. 2018.

RODEGHERO, Carla Simone. Anistia, esquecimento, conciliação e reconciliação: tensões no tratamento da herança da ditadura no Brasil. In: Rodeghero, C. S.; Montenegro, A. T.; Araújo, M. P. (Org.). *Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil*. 1. ed. v. 1. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012. p. 97-136.

SILVA, Márcia Cabral da. *Infância e Literatura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

ZILBERMAN, Regina. *A Literatura Infantil Brasileira*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.